

O Clube de Paris reescalona a dívida

O total, de US\$ 3,8 bilhões, foi superior ao que o governo esperava (US\$ 2,3 bilhões), e 85% desse montante só começarão a ser pagos a partir de 1989.

O total da dívida pública brasileira ou garantida por governos reescalonado pelo Clube de Paris atingiu a 3,8 bilhões de dólares e não apenas 2,3 bilhões como haviam calculado as autoridades financeiras do Brasil. Esse total foi anunciado ontem pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvão, em Paris, ao encerrar as negociações com representantes de 16 países credores e confirmado pelo secretário do Clube de Paris, o diretor do Tesouro francês, Michel Candessus.

Isso confirma também o que havia sido anunciado na véspera pelo Jornal da Tarde e O Estado. Tanto o ministro brasileiro como o representante do Clube de Paris mostravam-se satisfeitos com os resultados da reunião, permitindo o reescalonamento de parte da dívida brasileira, com vencimentos em 1983 e 1984, em condições próximas às reivindicadas pelo governo brasileiro.

Assim sendo, 85% do total deverá ser pago em nove anos, com cinco de carência; 10% em quatro anos com um de carência; e os 5% restantes, aproximadamente 190 milhões de dólares, devem ser pagos nos prazos previstos, sem reescalonamento. O comunicado do Clube de Paris estabelece que o início do pagamento será efetuado pelo governo do Brasil num período de quatro anos a partir de primeiro de janeiro de 1989.

Michel Candessus explicou ao final do encontro que os credores foram sensíveis às reivindicações do governo brasileiro, apresentadas pelo ministro Galvão, oferecendo a melhor resposta possível. Na sua opinião, o Brasil obteve a melhor resposta, tendo sido levado a modificar muito pouco sua proposta inicial, solicitando um prazo de nove anos com cinco de carência para 90% da dívida a ser reescalonada, além de prazos mais reduzidos para os restantes 10%.

O Brasil foi obrigado a ceder, sendo levado a aceitar o pagamento de pelo menos 5% nos prazos previstos, sem qualquer reescalonamento. Para Michel Candessus, também os credores tiveram de adaptar sua posição inicial durante as negociações dos últimos dois dias, atendendo aos interesses e necessidades do devedor. Essas negociações puderam desenvolver-se satisfatoriamente em razão da conclusão dos entendimentos da véspera com o Fundo Monetário Internacional.

Dívida maior

O ministro Ernane Galvão explicou as razões da substancial diferença sobre o montante reescalonado, pois inicialmente foi calculado um total de 2,3 bilhões de dólares e finalmente atingiu a 3,8 bilhões. Segundo Galvão, os 2,3 bilhões de dólares foram fixados com base nos registros do Banco Central, mas faltavam informações sobre outras operações garantidas pelos governos envolvidos. A seu ver, esse era um problema dos países credores e só agora, no encontro de Paris, foi possível estabelecer o montante mais aproximado, cerca de 3,8 bilhões de dólares, cifra que poderá ser ligeiramente alterada nas negociações bilaterais que deverão seguir a decisão do Clube de Paris.

Para o ministro brasileiro o resultado foi excelente, pois foi também possível melhorar as condições nessas negociações na capital francesa. Quanto às taxas de juros, Michel Candessus explicou que o Clube de Paris não fixa essas condições, que serão estabelecidas nas negociações bilaterais entre os credores e o devedor.

O ministro da Fazenda revelou também em Paris que com a conclusão das negociações com o FMI, bancos comerciais e Clube



Galvão e Michel Candessus

de Paris, o Brasil não terá necessidade de recorrer ao mercado financeiro internacional até o final de 1984. Agora, à medida em que começar a ocorrer o desembolso, o Brasil poderá liquidar os atrasos atuais. Quanto às negociações bilaterais com os credores do Clube de Paris, elas devem começar imediatamente, mas

Galvão espera encerrá-las até o final do ano ou início de 1984, mesmo havendo prazo até junho do ano que vem.

Indagado sobre a manutenção do sistema de centralização do câmbio, o ministro explicou que o prazo para encerrá-lo é 31 de dezembro, mas que isso será feito à medida em que for completada a operação desembolso.

Explicação

O diretor do Tesouro francês e secretário do Clube de Paris, Michel Candessus, foi quem apresentou a entrevista do ministro Galvão no Hotel Majestic, indicando sua satisfação pelos resultados obtidos, pois eles completam as negociações do Brasil em todas as frentes. Depois de fazer uma rápida exposição sobre como se desenvolveram as negociações, quando falaram o ministro Galvão e os representantes do FMI, Bird, Banco Mundial, OCDE e Unctad, explicou que a negociação com 16 países permitiu estabelecer o envelope global da negociação, cerca de 3,8 bilhões de dólares, soma que será afinada através das negociações bilaterais que deverão desenvolver-se daqui para a frente. A seu ver, o Clube de Paris procurou aplicar um julgamento de bom senso e contribuir no processo de recuperação econômica do Brasil.

Quanto à negociação da semana passada, quando o Clube de Paris discutiu o problema da dívida polonesa, apresentando-se o Brasil, nesse caso, como credor, o ministro Ernane Galvão confirmou que até o momento não foi possível chegar-se a um acordo global entre a Polônia e os diversos credores. Como se sabe, a dívida polonesa com o Brasil está orçada em aproximadamente 1,6 bilhão de dólares. Segundo Galvão, novas reuniões serão necessárias, estando previstas para o início do próximo ano. Nessa negociação, o Brasil foi representado pelo ministro José Botafogo Gonçalves, da assessoria especial do Ministério do Planejamento.

O Clube de Paris, após o encerramento da reunião que discutiu o reescalonamento da dívida brasileira, distribuiu um comunicado à imprensa, no qual cita os países que participaram como credores do encontro: Alemanha Federal, Austrália, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Noruega, Holanda, Grã-Bretanha, Portugal, Suécia e Suíça, além dos observadores de instituições internacionais já citadas. O comunicado destaca que os representantes dos países foram sensíveis aos esforços de recuperação econômica desenvolvidos pelo Brasil e constatarem com satisfação a adoção pelo País de um programa econômico e financeiro que facilitou um acordo com o FMI.

Diante disso, os representantes dos países participantes resolveram recomendar a seus governos um remanejamento importante da dívida externa brasileira, resultante de empréstimos e créditos garantidos concedidos ao Brasil. Esse remanejamento se aplica aos pagamentos das dívidas vencidas a partir de 1º de agosto de 1983 e até 31 de dezembro de 1984. O pagamento será feito durante um período de quatro anos a partir de 1º de janeiro de 1989.